

# CONCEPÇÕES DE IDENTIDADE NACIONAL, A DITADURA CIVIL-MILITAR, A CONCILIAÇÃO E O “HOMEM CORDIAL”

Thiago Aguiar de Moraes  
Mestrando em História na PUCRS  
E-mail: [thiagomoraes.hist@gmail.com](mailto:thiagomoraes.hist@gmail.com)

**RESUMO:** este artigo tem como objetivo analisar as concepções de identidade nacional no livro *Brasil: sempre*, de Marco Pollo Giordani, e relacionar estas concepções com seu contexto de produção pautado pela guerra da memória entre militares e militantes, a Lei da Anistia de 1979, e a redemocratização. O autor enfatizou o “coração grande” como essência do povo brasileiro, caracterizando a ideia de “homem cordial” preconizada por Sérgio Buarque de Holanda. A mobilização desta ideia remete à conciliação e à concórdia, que acabaram por justificar, no livro de Giordani, a vitória dos militares sobre os “comunistas” em 1964 devido ao fato da essência do brasileiro ser contrária ao “comunismo”, pois seria um regime baseado no “ódio”. A concórdia também pautou a recente opção do Supremo Tribunal Federal (STF) por não revisar a Lei da Anistia, contemplando a ideia de conciliação através do voto de Cezar Peluso, atual presidente do STF.

**Palavras-chave:** ditadura civil-militar; guerra da memória; identidade nacional.

## 1. O PRESENTE COMO INTRODUÇÃO

Vinte e nove de abril de 2010. Dois votos a favor, sete votos contra. Foi com este resultado que o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 (ADPF 153), ou seja, a tentativa de revisão da Lei de Anistia, que foi criada em 1979 para ser ampla e irrestrita. Este fato evidencia a potência da necessidade de esquecer o que aconteceu na ditadura civil-militar entre 1964 e 1985 por parte das elites brasileiras, jogando uma pá de cal sobre o passado da história do país e rotulando busca pela verdade como revanchismo. É importante enfatizar que os militares e os setores mais conservadores da sociedade são alguns dos mais interessados neste esquecimento do passado. A partir da redemocratização, os militares passaram a ser vistos com maus olhos, pois a tortura e a repressão estavam sendo desveladas cada vez mais nas mídias. Todavia, há até hoje uma disputa pela memória da ditadura civil-militar, em um embate de ideias entre quem pensa a

ditadura civil-militar como um regime acertado e quem execra o período, contando com elementos das direitas e das esquerdas em ambos os pólos argumentativos.

Voltando à questão da anistia, é importante lembrar que no dia 29 do referido mês Cezar Peluso afirmou no fim de seu voto que “se é verdade que cada povo resolve seus problemas históricos de acordo com a sua cultura, com os seus sentimentos, com a sua índole, também com a sua história, o Brasil fez uma opção pelo caminho da concórdia” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2010). A concórdia, que remete à conciliação, foi positivada em uma decisão histórica. Ora, se o caminho mais acertado seria o de evitar o confronto, como não lembrar do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (2006)? Como não lembrar que a estabilidade política brasileira é fruto, dentre outros fatores, da estabilidade da elite nacional no poder (CONNIFF, 2006: 99-121)? As concepções sobre o que é a identidade nacional ou que elementos a compõem fornecem subsídios para a compreensão política, econômica e social da sociedade brasileira contemporânea.

O objetivo deste artigo é descrever e analisar as concepções de identidade nacional no livro *Brasil: sempre* (1986), do autor Marco Pollo Giordani, atualmente advogado e militar da reserva, que está inserido neste contexto de guerra pela memória. Há poucos trabalhos que fazem referência ao livro e se prestam a uma análise aprofundada do mesmo. Este artigo pretende articular os estudos sobre a guerra da memória, identidade nacional, e as suas relações com o contexto de produção do livro e com seu próprio conteúdo. No entanto, não abordaremos o conteúdo do livro em sua totalidade.

Inicialmente, será apresentada a vida e a obra do autor, analisando de forma aprofundada o *Brasil: sempre*. Em seguida, a obra será contextualizada e inserida nas discussões sobre a guerra da memória. Após, serão analisadas as concepções de identidade nacional que o autor engendra em seu livro, e a sua articulação com o que será discutido ao longo do artigo.

## **2. MARCO POLLO GIOARDANI: DA ESPIONAGEM À ADVOCACIA**

Marco Pollo Giordani cresceu em um distrito rural de Santa Rosa, onde se alistou para o serviço militar aos 18 anos. Entrou para o quartel em 15 de janeiro de 1968 (ETCHICHURY, 2010: 49). Tornou-se sargento rapidamente, em 1971. Foi convidado em 1976 pelo coronel Portella Soares para trabalhar no Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) e, em abril do mesmo ano, após curso realizado em Brasília pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), já estava no DOI-Codi de Porto Alegre, que

funcionava onde hoje é a sede do Comando Militar do Sul (ETCHICHURY, 2010: 49). Cursou Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde atuou como espião para coleta de informações para o DOI-Codi de Porto Alegre, disfarçado (ETCHICHURY, 2010: 47-48). Fazia parte da equipe de investigação do III Exército, e agia como um estudante de esquerda para infiltrar-se nas mobilizações e obter as informações necessárias, repassando-as aos seus superiores (ETCHICHURY, 2010: 48). Dentre as pessoas que seguiu estavam Luís Carlos Prestes, Olívio Dutra e Cezar Alvarez, que foi líder do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da PUCRS (ETCHICHURY, 2010: 48-50). Trabalhou de 1976 até 1986, quando chefiava a seção de arquivo do DOI-Codi, e entrou para a reserva como tenente da 2ª Seção do Comando Militar do Sul. Atualmente, com aproximadamente 60 anos, Giordani reside em Porto Alegre e exerce a profissão de advogado, com escritório na Praça da Alfândega número 12, 13º andar (ESPAÇO VITAL).

Outro aspecto relevante da vida do autor e que constitui elemento importante da análise à qual o artigo se propõe é o fato de ter sido advogado de Siegfried Ellwanger, fundador da Revisão Editora, em Porto Alegre, em alguns dos processos que sofreu por publicar livros negacionistas (CALDEIRA NETO, 2009: 1097-1123). O desenvolvimento do processo contra a Editora Revisão e sua condenação foram objeto de grande cobertura pela mídia local\*. Em palestra proferida no dia 10 de agosto de 2000 a respeito de sua militância contra a Editora Revisão, Jair Krischke, conhecido ativista dos direitos humanos, caracterizou Giordani como “racista e anti-semita fanático” (KRISCHKE). Este reagiu, processando Krischke. O processo foi encerrado pelo juiz Maurício da Costa Gamborgi, e Giordani foi condenado a pagar as despesas judiciais e os honorários dos advogados (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA).

### 3. OBRAS PUBLICADAS

O autor tem uma série de obras publicadas, que serão comentadas a seguir\*\*. Seu primeiro livro escrito foi *Terra de heróis* (GIORDANI, 1973), publicado provavelmente pela editora

---

\* Sobre o processo e sua repercussão na imprensa, ver: CUNDARI, Paula Casari. *Limites da Liberdade de Expressão: Imprensa e Judiciário no “Caso Editora Revisão”*. 2006. 255 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <[http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=673](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=673)>. Acesso em: 6 nov. 2010.

\*\* A lista de livros publicados pelo autor e o respectivo ano foi elaborada através da pesquisa do ano mais antigo encontrado por edição, pelas informações disponíveis no livro *Brasil: sempre*, e por informações diversas colhidas e cruzadas na internet em sites como o [www.estantevirtual.com](http://www.estantevirtual.com) e o [br.gojaba.com](http://br.gojaba.com), especializados em livros usados.

Sulina<sup>\*\*\*</sup>, com uma série de poemas gaúchos, e assinando também com o apelido de “Carancho”. Em seguida lançou *De rumo feito* (GIORDANI, 1981), pela editora Martins Livreiro, também com poemas gaúchos, em homenagem aos farrapos que lutaram na guerra. Após lançou *Sapo Gaiteiro Bugio Domador* (GIORDANI, 1985), pela já referida Editora Revisão, que se trata do gênero da poesia gaúcha infantil. No ano seguinte publicou *Brasil Sempre* (GIORDANI, 1986), pela Editora Tchê!, que será comentado mais adiante, pois constitui o objeto de estudo da pesquisa. Foi publicado no mesmo ano em que Giordani entrou para a reserva militar. A seguir, lançou *O Cachorro: história de um espião* (GIORDANI, 1989), pela Revisão. Pelo que foi possível apurar, trata-se de um livro que critica a “abertura democrática” realizada pelo governo Figueiredo, alegando que o governo militar mostrou-se incapaz de conter as forças progressistas. Após, publicou o livro *Tebas: o pequeno campeador* (GIORDANI, 1991), pela mesma editora. É um livro infanto-juvenil que conta a história de Tebas, um menino que, em busca do pai estancieiro que não via há dois anos, resolve lutar na guerra farroupilha. Em seguida, lançou um livreto em função de seu trabalho como advogado de Ellwanger chamado *Não à mordaza* (GIORDANI, 2002), pela Editora Revisão, que fala sobre o processo que sofreu, já referido acima, pela publicação de livros anti-semitas e racistas. Seu último livro, intitulado *Operação Estrela Vermelha* (GIORDANI, 2004), foi lançado pela Editora AGE, e, segundo a sinopse, está dividida em duas histórias. Inicialmente “mostra de forma ficcional como personagens do Serviço de Inteligência do governo elegeram Lula” (GIORDANI, 2004)\*. Já a segunda parte seria não-ficcional, e nela “o autor revela como ocorreu a retirada da candidatura de Roseana, que no início de 2002 ocupava as primeiras colocações nas pesquisas de intenção de voto” (GIORDANI, 2004)\*\*. Curiosamente, a mesma Editora AGE publicou recentemente o livro *Os Infiltrados* (ETCHICHURY, 2010), com textos de 4 jornalistas gaúchos a respeito do trabalho de agentes do serviço de informações do Exército infiltrados nos movimentos de oposição à ditadura civil-militar, dentre estes Marco Pollo Giordani.

O objeto de estudo desta pesquisa, a obra *Brasil: sempre*, foi o primeiro livro de um militar após o pacto de silêncio da Lei de Anistia em 28 de agosto de 1979. A editora Tchê!, que publicou e editou os exemplares de *Brasil: sempre*, era considerada de esquerda, pois publicou livros como *Guerra é guerra dizia o torturador* (VARGAS, 1985), de Índio Vargas, *Lênin: coração e mente* (1985), de Tarso Genro, e *Comunistas gaúchos: a vida de 31*

---

\*\*\* Foi possível encontrar somente a referência da segunda edição, publicada pela Sulina.

\* Sinopse.

\*\* Sinopse.

*militantes da classe operária* (1986), de João Batista Marçal, lançado no mesmo ano. Tinha como foco a publicação de obras de autores gaúchos, como Apparicio Silva Rillo e Barbosa Lessa, valorizando a cultura do Rio Grande do Sul. O diretor da editora na época era Airton Ortiz, jornalista que fundou a Tchê! no início dos anos 1980. A editora funcionou até fins dos anos 1990, possivelmente 1998<sup>\*\*\*</sup>.

O livro foi escrito como um contraponto explícito à obra *Brasil: nunca mais* (1985), lançado sob a responsabilidade de Dom Paulo Evaristo Arns, que é uma síntese do *Projeto Brasil Nunca Mais*, o qual reúne processos do Superior Tribunal Militar que contêm relatos das torturas praticadas pelo Estado no período da ditadura civil-militar, somando cerca de 1 milhão de páginas. Antes da síntese final, houve um processo de análise do material bruto que resultou em 6.891 páginas (BAUER, 2008:10). Uma pesquisa semelhante ao *Projeto Brasil Nunca Mais* foi realizada na Argentina, o *Nunca más*, com “mais de 50 mil páginas, abrangendo o período entre 1976 e 1983” (BAUER, 2008: 9). O livro *Brasil: nunca mais* tinha como objetivo “que nunca mais se repitam as violências, as ignomínias, as injustiças, as perseguições praticadas no Brasil de um passado recente” (ARNS, 1985: 26). Também argumenta que se pretendia fazer “um trabalho de impacto, no sentido de revelar à consciência nacional, com as luzes da denúncia, uma realidade obscura ainda mantida em segredo nos porões da repressão política hipertrofiada após 1964” (ARNS, 1985: 26). No entanto, o livro também defende que o *Projeto* não tem como intenção “organizar um sistema de provas para apresentação em qualquer Nuremberg brasileiro. Não o anima qualquer sentido de revanche. Na busca da Justiça, o povo brasileiro nunca foi movido por sentimentos de vingança” (ARNS, 1985: 26). Esta citação revela a ideia da concórdia pós-anistia, como argumenta Caroline Bauer, ao defender que, na “Apresentação” do livro, há “a presença do espírito de conciliação” (BAUER, 2008: 14).

*Brasil: sempre*, por outro lado, tinha a pretensão de contar os fatos que a esquerda queria omitir. Segundo Giordani, o livro não tinha como objetivo contestar o *Brasil: nunca mais*, mas mostrar a parte “esquecida” por este livro, a outra versão dos fatos (GIORDANI, 1986: 8). Para o autor, os setores da Igreja Católica que apoiaram a divulgação das torturas cometidas na ditadura são dignos de reprovação, pois seu trabalho “peca, basicamente, pela falta de lógica” (GIORDANI, 1986: 8). Uma citação sintetiza o pensamento de Giordani a respeito desta parte da Igreja e, por consequência, a respeito de Dom Paulo Evaristo Arns:

---

<sup>\*\*\*</sup> Trata-se do último ano no qual encontramos livros publicados pela editora Tchê! na biblioteca da PUCRS.

“Ah! Eternos e clamantes defensores dos pobres! – Ah! Velhos lobos vestidos de cordeiros – hasteadores da bandeira dos Direitos Humanos!” (GIORDANI, 1986: 8). Seja o clero ou outro setor que tenha se oposto à ditadura, todos estes são considerados inimigos da democracia e da liberdade por Giordani. Portanto, fazia-se necessário uma obra que mostrasse “a outra versão” para as futuras gerações, como argumentou o autor (GIORDANI, 1986: 9-10). A capa em cores verde e amarela em contraposição à capa vermelha e preta do *Brasil: nunca mais*, sugere que o primeiro é o livro dos brasileiros, ou o verdadeiramente brasileiro, ao aludir às cores da bandeira.

A obra divide-se em cinco partes. A primeira descreve a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da “intentona” comunista e da “revolução” de 1964, e mostra uma lista dos militares brasileiros que morreram no combate ao comunismo na “intentona” e na ditadura civil-militar até 1974, contabilizando 28 no primeiro evento e 98 durante o segundo, totalizando 126 mortes. A segunda parte trata do pensamento do autor sobre as origens do Brasil, a “qualidade de nossa gente”, a democracia, o poder estatal, a tortura, a Doutrina de Segurança Nacional, e outras questões. Esta parte, por tratar das concepções de identidade nacional do autor, será melhor trabalhada a seguir. A terceira parte enfoca quem são os “subversivos” comunistas, quais são seus objetivos, os métodos para atingi-los e suas motivações, além de comentar sobre a luta armada. A quarta parte é dedicada inteiramente ao papel da igreja “subversiva” no Brasil. Na quinta parte são feitas algumas propostas no campo espiritual, econômico, político e militar, sob o nome de “diretrizes fundamentais”, a serem seguidas pelos brasileiros no futuro. O livro teve sua escrita finalizada em 31 de março de 1986, como é atestado na conclusão do mesmo. Data significativa, pois remete à do golpe civil-militar em 1964, mas, no caso, um ano após 1985, considerado um marco da redemocratização. É importante lembrar que o livro faz um elogio aos serviços de informação, pois Giordani fez parte do DOI-Codi de Porto Alegre, atuando como infiltrado nas aulas de Direito da PUCRS, como foi explicado anteriormente.

Ao analisarmos a vida e a obra de Marco Pollo Giordani, é possível constatar, portanto, a existência de diversas características em seus escritos e atividades: obras regionalistas, no caso das poesias gaúchas que publicou; a obra, *Brasil: sempre*, na qual o autor se considera um patriota, em função das atividades que desempenhou lutando contra a subversão em benefício do Brasil; e a sua participação como advogado de Ellwanger, considerado neonazista.

#### 4. O CONTEXTO E A GUERRA DA MEMÓRIA

O processo de redemocratização foi iniciado no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), que preconizou uma abertura “lenta, gradual e segura”, que só foi se concretizar com o fim o governo posterior, do general João Figueiredo (1979-1985). Após a Lei de Anistia em 1979 houve um pacto de silêncio entre o Estado e a sociedade. No entanto, os militantes de esquerda não se calaram. Se por um lado diversos destes militantes esforçavam-se em mostrar para a sociedade a face da repressão e da tortura, tendo como objetivo fazer com que as pessoas não esquecessem o que ocorreu “para que nunca mais aconteça”, por outro, os militares faziam questão de esquecer o que aconteceu (MARTINS FILHO, 2003: 2). De fato, os militares criticavam a postura dos ex-militantes, pois teriam rompido o contrato selado com a anistia. Em relação a esta guerra da memória, segundo João Roberto Martins Filho, “na medida em que os militantes não se calaram, os militares também saíram à luz para expor sua visão dos acontecimentos e/ou para defender sua atuação pessoal naquela fase” (MARTINS FILHO, 2003: 3). Os militares referiam-se principalmente à publicação de *Brasil: nunca mais*, em 1985, que se tornou um *best-seller* pelas revelações que fez.

O livro de Marco Pollo Giordani insere-se no que Martins Filho denomina de “primeira campanha da guerra da memória”. Após uma série de obras produzidas por militantes, como *Memórias, 1946-1969* (BEZERRA apud MARTINS FILHO, 1980: 7), de Gregório Bezerra, onde relata as torturas que sofreu, *Tirando o capuz* (CALDAS, 1981), do jornalista Álvaro Caldas, onde descreve o que era feito com os prisioneiros no início da ditadura (MARTINS FILHO, 2003: 7), e do já referido *Brasil: nunca mais* (1985), houve a reação dos militares na forma de livros, tendo como primeira publicação *Brasil: sempre* (1986), de Marco Pollo Giordani, tenente que havia recém entrado para a reserva quando publicou o livro. De acordo com Martins Filho, “de um modo ou de outro, o livro de Giordani marcou o último espasmo da primeira campanha da guerra da memória (...). Nos anos seguintes, esse tipo de produção literária escasseou” (MARTINS FILHO, 2003: 8). É possível dizer que foi Giordani quem abriu a caixa de Pandora dos militares, pois desde então a produção de livros por agentes da repressão contando a sua versão do que aconteceu na ditadura civil-militar escasseou, como argumenta Martins Filho, mas não cessou. É possível atestar este fato com uma publicação de Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, primeiro torturador reconhecido oficialmente pelo Estado, denominada *A verdade sufocada* (2006), que já está em sua quinta edição. Neste contexto de guerra da memória, é importante enfatizar que Ustra também foi fundador da

Organização Não-Governamental (ONG) chamada “Terrorismo Nunca Mais” (TERNUMA), em 1998. O texto de apresentação do site oficial do grupo diz o seguinte:

Reunidos em 25 de julho de 1998, 32 anos passados das hediondas explosões do Recife [que teriam sido provocadas por uma ação da esquerda armada], um punhado de democratas civis e militares, inconformados com a omissão das autoridades legais e indignados com a desfaçatez dos esquerdistas revanchistas, organizou o grupo "TERRORISMO NUNCA MAIS" (TERNUMA), a fim de resgatar a verdadeira história da Revolução de 1964 e, mais uma vez, opor-se a todos aqueles que ainda teimam em defender os referenciais comunistas, travestidos como se fossem democráticos (TERRORISMO NUNCA MAIS).

No site há uma série de textos de militares e civis contrários aos principais integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT) como Lula e, recentemente, Dilma Houssef. A crítica principal, às vezes latente, às vezes explícita, é ao fato de “comunistas” estarem nos altos escalões do governo na Nova República. Há também textos contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e contra os governos de esquerda latino-americanos. Há uma convergência do tipo de crítica que o TERNUMA faz com a que Giordani realiza em seu livro, guardada a distância temporal entre as citações: “Lá estão eles – subindo a ‘rampa do Planalto’ – reunindo-se com o presidente, ocupando posições de mando, acusando ‘torturadores’, numa manifestação clara de revanchismo” (GIORDANI, 1986: 9).

Outra questão importante é a luta pela caracterização do golpe civil-militar como golpe preventivo em relação à possível instauração do “comunismo” pelas forças de esquerda, ou como um golpe de Estado contra uma esquerda que não estaria materialmente preparada para uma tomada do poder. Giordani argumenta que

a ocupação da presidência da República por um general da ativa, através de um movimento revolucionário, é o termômetro indicador da inexistência de um poder político responsável e competente; de um desequilíbrio econômico acentuado, aliado a um avanço significativo da subversão vermelha. Isto é válido não só para o Brasil, mas para toda a nossa sofrida América Latina. Foram esses – exatamente – os fatores que desencadearam o movimento revolucionário de 64 (1986: 89).

Ou seja, o “avanço significativo” do “comunismo” ameaçava o Brasil, que já estava fragilizado político e economicamente. Este argumento segue a lógica do golpe preventivo.

Esta discussão é espinhosa nos meios acadêmicos, demonstrando como é viva a guerra da memória na atualidade e na própria produção historiográfica sobre a ditadura civil-militar.



Jacob Gorender, dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) à época do golpe, argumenta em seu livro *Combate nas Trevas* (1987) que de fato as esquerdas tinham capacidade de mobilização suficiente para fazer a revolução no pré-64, o que corrobora a versão do contragolpe dos militares, como o exemplo que citamos de Giordani. Para Gorender, “nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo” (1997: 73). Segundo Caio Navarro de Toledo, professor marxista da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), os historiadores Marco Antonio Villa e Jorge Ferreira também corroboram esta argumentação em suas obras. Toledo, em uma longa argumentação a respeito desta questão e que caracteriza tais acadêmicos como “revisionistas”, defende que

os autores citados acabam confluindo com a tese de Leandro Konder, para quem “a reação contra o golpismo do campo da esquerda resultou no golpe da direita”. Tal conclusão significa dar razão aos ideólogos da direita que não se cansam de repetir que a “Revolução de 1964” nada mais foi do que um *contragolpe*. Ou seja, a fim de evitarem o ‘golpe’ que estava sendo organizado pelas esquerdas (ou por Goulart), os militares – compelidos pela “sociedade civil” – contragolpearam, defensivamente, em defesa da democracia ameaçada (2004: 44).

Trata-se, portanto, de uma discussão quente relacionada à guerra da memória que permeia a esfera civil e a militar e também tem consequências na historiografia produzida sobre o período atualmente. Um exemplo de como esta disputa está fortemente presente na atualidade é o filme *Reparação* (2010), produzido pelo cineasta Daniel Moreno com recursos próprios (segundo o próprio cineasta), e com lançamento previsto para 2010. O filme conta a história de Orlando Vecchio Filho, que perdeu uma das pernas em uma ação da esquerda armada em 1968, em função de uma bomba na biblioteca do consulado estadunidense em São Paulo. Conseguiu uma indenização pequena em função do mal que sofreu. No entanto, o que recebe mensalmente, segundo o documentário, é muito menor do que o que recebe um perseguido político. Através do trailer\*, é possível constatar que Marco Antonio Villa, historiador e professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), é entrevistado. Aos 43 segundos do trailer, Villa afirma: “a esquerda era golpista, assim como a direita”. O lançamento de um

---

\* *REPARAÇÃO*. Produção: Letícia Dumas. Produzido e dirigido por: Daniel Moreno. Edição: Luciano Sanches. Direção de Fotografia e Câmera: Adriano S. Barbuto e Wilson Boni. Sem cidade: Terranova Filmes, 2010. Trailer (2min 45secs), son., color., digital. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=8d61\\_1u1s2o](http://www.youtube.com/watch?v=8d61_1u1s2o)>. Acesso em: 6 nov. 2010.

filme com estas características em ano eleitoral adquire um significado importante, que dificilmente se dissocia deste contexto. Fica a questão: até que ponto a luta no pré-64 não foi contra um processo de radicalização da democracia? Até que ponto foi um golpe perpetrado contra esquerdas que pretendiam implantar uma ditadura?

## **5. CONCEPÇÕES DE IDENTIDADE NACIONAL EM BRASIL: SEMPRE: A DITADURA CIVIL-MILITAR, A CONCILIAÇÃO E O “HOMEM CORDIAL”**

Memória e identidade nacional se mesclam neste livro que contém uma série de reflexões de um militar que pertenceu ao serviço de informações a respeito do que é a própria identidade nacional. *Brasil: sempre* está inserido nesta guerra da memória, e, portanto, faz-se necessário relacionar as possíveis interpretações a respeito do pensamento do autor com o seu contexto, que foi trabalhado previamente. Foram escolhidas algumas passagens do livro para uma análise aprofundada. Cabe destacar que a maior parte deste trata da “luta contra a subversão”, e não especificamente de um pensamento sobre a identidade nacional, que constitui o nosso foco.

O subtítulo da “Segunda Parte” do livro denomina-se “Sobre a qualidade da nossa gente”. Giordani inicia dizendo que “antes de se tecer qualquer comentário sobre o destino político, o governo ou o regime de qualquer Estado, faz-se mister determinar-lhe o tipo de povo que o habita” (GIORDANI, 1986: 63). Foi esta passagem o incentivo para a produção deste artigo, pois o autor de fato se propõe a dar uma explicação sobre o que é o povo brasileiro, para depois falar sobre a “subversão” e desenvolver suas propostas para o futuro do Brasil em suas “Diretrizes Fundamentais”, no final do livro. Assim, prossegue:

Sabemos que iniciamos mal. Nossos primeiros povoadores eram degredados. Por outro lado, o elemento nativo existente em nossos limites era e continua sendo de baixa cultura e parca iniciativa. Assomou-se a isso a fusão com o pacioso sangue escravo, resultando indivíduos de ânimos ainda mais deficitários.

Não seria difícil imaginarmos um produto humano oriundo do cruzamento das três raças citadas (GIORDANI, 1986: 63).

A compreensão que Giordani tem da constituição da população brasileira é pessimista. O autor permanece na explicação da herança da miscigenação das três raças que teriam como consequência um brasileiro singular. Entretanto, encara como negativo cada aspecto constitutivo destas três raças: os portugueses brancos eram degredados; o índio era

“preguiçoso”; o negro tinha um sangue escravo “paciencioso”, o que remete à submissão no sistema econômico escravista. Embora a ideia da singularidade esteja presente, esta mesma singularidade, como resultado da miscigenação, é negatizada pelo autor. Ao contrário de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (1933), por exemplo, que defende que a mistura das três raças é positiva. Segundo Fabrício Maciel, Freyre argumenta que “os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil, degradados apenas pela sua condição de escravos” (MACIEL, 2007: 66). Por outro lado, no pensamento de Freyre, cada elemento da composição da suposta democracia racial que existiria no Brasil tinha um lugar a ocupar, de forma hierárquica, como a ideia da casa-grande e da senzala. Cabe lembrar, também, as ideias de José Bonifácio sobre os índios, a partir de Maciel: “(...) os índios são povos vagabundos, dados a contínuas guerras e roubos (...). Ademais, seriam eles também entregues naturalmente à preguiça e, por isso, avessos a qualquer tipo de trabalho sistemático” (2007: 33). O pensamento sobre o indígena, portanto, é semelhante, guardadas as diferenças de contexto de produção dos discursos.

Giordani prossegue defendendo que “o negro, o índio e o mestiço, com esporádicas exceções – e lhes destacando as virtudes afetivas – são castas de rendimentos inferiores. Não quero entrar no campo discriminatório. Meu raciocínio são emanações da realidade” (GIORDANI, 1986: 63). Aqui, a valorização do branco em detrimento das outras raças é evidente. Apenas o branco não faz parte das “castas de rendimentos inferiores”. Por outro lado, a palavra casta remete à imobilidade econômica e social. O destaque às “virtudes afetivas” constitui um elemento importante da sua argumentação que será retomado mais adiante. Para Giordani, embora estas raças tenham rendimentos inferiores, é positivo o fato de terem tais “virtudes afetivas”. Sobre esta citação, Martins Filho argumenta que o autor “tenta elaborar uma antropologia darwinista do povo brasileiro com tom surpreendentemente racista (...)” (MARTINS FILHO, 2003: 8). De fato, esta hierarquização dos componentes da miscigenação remete a um pensamento racista. A seguir, Giordani continua sua argumentação:

Costumo afirmar que há dois Brasis muito distintos: um, o geográfico – é impressionante. A natureza, inegavelmente, foi pródiga com a nossa terra. Temos um território-continente, onde a diversificação de recursos – de tão expressiva – foge a uma avaliação real; o outro, o Brasil humano – é extremamente contraditório, por vezes desconcertante (GIORDANI, 1986: 64).

A partir desta citação, é possível remeter ao Brasil “gigante pela própria natureza”, onde a exuberância desta é sempre exaltada. Maciel argumenta a respeito das ideias de José Bonifácio sobre a natureza do Brasil, que “devido a tanta sorte dada pela natureza, como que magicamente, só nos cabe um progresso espontâneo, o que alimenta o imaginário da docilidade e maleabilidade, não sendo necessário que passemos por uma trajetória supostamente dura como a dos Europeus (...)” (MACIEL, 2007: 31-32). Portanto, quando se elogia a natureza “inegavelmente pródiga” do Brasil, é possível que também se naturalize o desenvolvimento a partir de tais riquezas. O “Brasil humano e contraditório” remete à síntese de opostos referida por Gilberto Freyre e atualizada por Roberto DaMatta. Para Maciel, em DaMatta a chave dupla da sociedade brasileira aparece como “atividade relacional” em sua obra, ou seja, a capacidade do brasileiro de sintetizar opostos, o que garantiria ao Brasil uma grande “criatividade acasaladora”, resultando daí sua singularidade (MACIEL, 2007: 77). A contradição é o que formaria o singular. Para Giordani, aparentemente isto é negativo.

O autor prossegue sua argumentação com uma ideia clara a respeito do que pensa sobre a realidade nordestina:

Dentro dessa configuração, indago: até que ponto podemos sonhar com uma nação poderosa e soberana, quando nos deparamos – por exemplo – com a realidade nordestina, cujas proles numerosas e famintas crescem aos milhões de brasileiros desnutridos? Interessa a quem, pergunto, essa multidão de crianças atrofiadas, com irreversíveis seqüelas cerebrais? Ao Brasil do ano 2000? Aos pregadores do Evangelho? À desculturação nacional? À perspectiva de uma convulsão social? (GIORDANI, 1986: 65).

Nesta passagem fica claro o preconceito em relação à região do Nordeste, pois sua população estaria fadada ao fracasso inevitável. Os nordestinos são apresentados como um problema para a realização do sonho da nação poderosa. O darwinismo social ao qual Martins Filho se refere está presente novamente, pois os “fracos” devem perecer, nesta concepção. O autor, na mesma linha argumentativa, prossegue:

Quando contemplo famílias inteiras de brasileiros – mais precisamente os chamados ‘pêlos-duros’ – buscarem alimentos nos lixos das cidades, amontoarem-se pelas margens fétidas de canais de esgoto ou debaixo de pontes, inicialmente não penso num abandono público, mas, baseado na luta que tive para vencer na vida, estou convencido da existência de uma escala axiológica hierarquizando padrões raciais (GIORDANI, 1986: 63-64).

Giordani, portanto, acredita na existência de uma hierarquia racial no Brasil. De acordo com o pensamento do autor, sua vida e sua obra, é possível argumentar que pensa na lógica dos “inferiores” e “superiores”, na medida em que defende a existência de uma escala axiológica das raças no Brasil, que significa diferenciação biológica e de valores entre estas. O que fica subentendido é que os melhores seriam os brancos, já que os outros elementos da miscigenação são todos negativados, como foi dito anteriormente. Segundo Giordani,

(...) lamentavelmente, muitos brasileiros deixam de prestar o serviço militar ou de seguir a carreira das armas por não apresentarem condições físicas condizentes. É espantoso o número de jovens reprovados nas inspeções preliminares, por falta de peso, altura e elementares condições mentais (GIORDANI, 1986: 72) \*.

Se há a geração de uma “sub-raça” no Brasil, o que seria a raça em si? Para Giordani, prosseguindo a argumentação, é importante realizar “um rigoroso controle de natalidade – fundamentalmente nas regiões mais pobres e periféricas dos grandes centros – para que possamos, a longo prazo, obter uma raça mais qualificada (...)” (1986: 67). Maciel argumenta que “o que vai determinar o futuro de um povo não é sua composição genética ou cultural” (MACIEL, 2007: 79). Portanto, este pensamento baseado em raças, como foi possível observar nas citações anteriores, segue a mesma linha de Gilberto Freyre e Roberto DaMatta, no sentido de que encaram a miscigenação como a explicação para a sociedade brasileira contemporânea de cada um. A diferença é que Giordani vê a miscigenação como algo negativo, e que a raça brasileira deveria ser mais bem qualificada, enquanto que Freyre e DaMatta vêem a miscigenação como algo positivo.

O que pretendemos argumentar neste artigo terá como referência a citação a seguir, que remete ao que é a essência do brasileiro para Marco Pollo Giordani. Esta essência tem consequências políticas relevantes, e serão demonstradas como conclusão desta parte do artigo. Giordani, portanto, falando da essência de “nossa gente”, argumenta o seguinte:

Digo e escrevo: o Brasil é um “paraíso de ladrões”, um amontoado de ignorantes, um mosaico irregular de raças e credos. Porém, do mundo de contrastes que habitamos laconicamente afirmo: ainda somos o melhor país do mundo para se viver. A bondade e a cordialidade contagiante dos que aqui vivem, e sua índole normalmente pacífica determina um relacionamento singular e espontâneo com todos os povos. Prova está de que os arautos defensores da doutrina marxista-leninista, levados ao exílio, tão logo

---

\* De maneira incontestada, fica claro que se está gerando no Brasil uma verdadeira sub-raça.

provaram o “encantado reino socialista”, clamaram pela anistia! (GIORDANI, 1986: 66).

Ou seja, ainda que o Brasil seja um país que estaria gestando uma “sub-raça”, como citamos anteriormente, ou mesmo que cada raça integrante da miscigenação realizada no Brasil seja negativada, mostrando uma perspectiva pessimista para o país, aqui o autor demonstra seu otimismo baseado na essência e na singularidade do brasileiro, que seria a cordialidade. A expressão “homem cordial” foi trabalhada por Sérgio Buarque de Holanda: “a lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro (...)” (HOLANDA, 2006: 160). Fabrício Maciel argumenta de forma irônica na conclusão de seu livro, referindo-se à auto-imagem da sensualidade brasileira, que é uma das formas de fugirmos dos concretos conflitos sociais, e que também tem ligação com a cordialidade: “afinal, se por um lado somos pobres, ignorantes e subdesenvolvidos, por outro somos o povo mais gostoso do mundo” (MACIEL, 2007: 105). Ou seja, nos apegamos a alguma auto-imagem e omitimos de nós mesmos as tensões políticas, econômicas e sociais do país.

Por outro lado, Edgar Salvadori de Decca argumenta que “nada mais estranho à cordialidade do que suposição de que ela é necessariamente boa e que por outro lado seria sinônimo de concórdia e também estaria carregada de sentimentos positivos. Segundo Buarque, a inimizade pode muito bem ser cordial (...)” (DECCA, 2004: 220). É importante destacar, porém, que este artigo tem como objetivo analisar a mobilização do sentido da ideia do “homem cordial” na obra de Giordani, dentro de seu contexto histórico e da guerra da memória, e não a utilização “correta” ou “incorreta” do pensamento de Holanda.

Giordani, ao longo de sua argumentação, ainda defende que “graças ao ‘coração grande’ do brasileiro, graças à sua repulsa ao ódio, à perversidade e à escravidão, todas as tentativas de comunicar o Brasil redundaram em fragorosos fracassos. Todas as expressões terroristas ecoam negativamente no seio de nossa gente” (GIORDANI, 1986: 66). Desta forma, a derrota do “comunismo” com a instauração da ditadura civil-militar em 1964 e a derrota da luta armada têm como origem a essência do brasileiro, algo que lhe é imanente, e, portanto, não haveria como ter sucedido de forma diferente.

A respeito do início da Nova República e da formação da Frente Ampla, Giordani argumenta: “Ante multidões delirantes, os mesmos ‘raposões’ de sempre, diplomados e calejados na arte da ludibriação, do convencimento oportunista (muito fácil para os conhecedores da essência

emotiva de nosso povo)” (GIORDANI, 1986: 78). Novamente, Giordani usa a “essência emotiva” para caracterizar o brasileiro, que poderia ser manipulado pelos “populistas” e “demagogos”. Aqui fica evidente o receio do retorno de lideranças “populistas” como Leonel Brizola, já na redemocratização. Os conservadores como Giordani percebiam Brizola e os outros “populistas” como “manipuladores de massas”, daí a questão da emoção, que remete ao “homem cordial”.

A cordialidade e a conciliação são duas faces da mesma moeda. O segundo termo costuma ser o derivado político do primeiro. Aqui, pretende-se remeter o leitor às primeiras páginas deste artigo, onde foi comentado a respeito da decisão do STF de manter a Lei de Anistia sem nenhuma revisão. O atual presidente do STF ministro Cezar Peluso disse em seu voto que o Brasil fez uma opção pelo caminho da concórdia no passado, quando foi realizada a Lei de Anistia. É a esta questão que este artigo se refere. O caminho da concórdia tem íntimas relações com a ideia de conciliação, que por sua vez está ligada à ideia da cordialidade como essência do povo brasileiro. Giordani, como vimos acima, justifica a derrota do “comunismo” devido ao “grande coração” do brasileiro. Há, portanto, uma aposta de que o “comunismo” não dará certo no Brasil porque a própria essência do brasileiro é alheia a tal sistema, que seria caracterizado pelo “ódio”. É possível associar este pensamento com outra ideia recorrente sobre a identidade nacional, que é a de que somos contrários às rupturas e ao derramamento de sangue, conforme argumenta María Lúcia Coelho Prado:

La perspectiva de que los brasileños son refractarios a las rupturas sangrientas continúa siendo repetida en tonos diferentes. Algunos, con mucha simpatía; otros, como “un rasgo” lamentables de la cultura brasileña que transforma a sus habitantes en seres pasivos y poco dispuestos a la crítica social y política (2009: 322)\*.

A questão da continuidade sem derramamento de sangue é importante. Devido ao suposto caráter dócil do brasileiro, a “preferência” seria por continuidades sem conflitos. Giordani, ao fazer referência à cordialidade como algo positivo, acaba por reproduzir a ideia de ausência de conflitos e tensões na vida do brasileiro.

Giordani reproduz o discurso do “homem cordial” e joga neste não só a esperança do futuro como a explicação do passado. A implantação da ditadura, que é o símbolo da luta contra o

---

\* “A perspectiva de que os brasileiros são refratários às rupturas sangrentas continua sendo repetida em diferentes tons. Alguns, com muita simpatia; outros, como ‘características’ lamentáveis da cultura brasileira que transforma seus habitantes em seres passivos e pouco dispostos à crítica social e política”. Tradução de responsabilidade do autor.

“comunismo”, foi aceita porque só poderia ser assim, dada a essência da identidade do brasileiro. Esta explicação omite conflitos e tensões, e serve a fins políticos e ideológicos. Maciel argumenta que talvez fosse algo positivo uma auto-imagem da bondade, mas que “neste ponto, nossa brasilidade é despolitizante, exatamente por sua aparência apolítica sugerir que os assuntos do espaço público e do bem comum são sujos e incompatíveis com nossa personalidade dócil, amável e espontânea” (MACIEL, 2007: 104). Quem é dócil não entra em conflito, mesmo que seja em benefício do público. A preferência é pela conciliação, não pelo confronto.

Devido a essas questões é que recuperamos a temática da guerra da memória e da Lei de Anistia. Nestes fragmentos do livro *Brasil: sempre*, que está inserido em tal guerra, a explicação do passado e do futuro se faz através do “homem cordial”. Remetendo à questão da concórdia e do caminho sem conflitos, buscamos no debate recente sobre a Lei de Anistia a proximidade que estas questões têm atualmente.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise de fragmentos do livro *Brasil: sempre*, e contando com informações da vida e das outras obras do autor Marco Pollo Giordani, pudemos identificar algumas ideias a respeito de quais são suas concepções de identidade nacional. A principal concepção diz respeito à cordialidade do brasileiro, que remete à conciliação, ao caminho da concórdia, e à fuga do confronto. Foi possível argumentar que há uma relação forte entre a guerra da memória, o contexto de produção da obra em questão, e a concepção de identidade nacional que o autor defende. O “coração grande” do brasileiro justificou a ditadura civil-militar, que lutou contra o “comunismo”, regime que iria de encontro à essência do brasileiro por ser pautada pelo “ódio”. Portanto, o autor naturaliza a vitória dos militares sobre os “comunistas”. No início do artigo foi dito que, de acordo com o ministro Cezar Peluso, em seu voto, houve uma opção pelo caminho da concórdia, ao ser feita a Lei de Anistia no passado. Portanto, a argumentação para a negação da revisão desta lei revela uma continuidade na compreensão do que representou a ditadura civil-militar para um ministro importante do STF e para Giordani: a permanência da percepção de uma cordialidade como essência do brasileiro.



---

## Referências Bibliográficas

ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios *Nunca Mais* na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. *Revista de História Comparada*, vol. 3, n. 3, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume003\\_artigo004.pdf](http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume003_artigo004.pdf)>. Acesso em: 6 nov. 2010.

BEZERRA, Gregório. *Memórias, 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

CALDEIRA NETO, Odilon. Memória e Justiça: o negacionismo e a falsificação da história. *Antíteses*, v. 2, n. 4, jul./dez. 2009, p. 1097-1123. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/2507/4026>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

CONNIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ, Flavio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 99-121.

CUNDARI, Paula Casari. *Limites da Liberdade de Expressão: Imprensa e Judiciário no "Caso Editora Revisão"*. 2006. 255 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <[http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=673](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=673)>. Acesso em: 6 nov. 2010.

DECCA, Edgar Salvadori de. Ensaios de cordialidade em Sérgio Buarque de Holanda. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando Luis (orgs.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. p. 214-228.

ESPAÇO VITAL. Íntegra da petição inicial. Disponível em: <[http://www.espacovital.com.br/noticia\\_complemento\\_ler.php?id=1379&noticia\\_id=14440](http://www.espacovital.com.br/noticia_complemento_ler.php?id=1379&noticia_id=14440)>. Acesso em: 6 nov. 2010.

ETCHICHURY, Carlos et al. *Os infiltrados: eles eram os olhos e os ouvidos da ditadura*. Porto Alegre: AGE, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

GENRO, Tarso. *Lênin: coração e mente*. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil: sempre*. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

\_\_\_\_\_. *Terra de Heróis*. Porto Alegre: Editora Sulina[?], 1973.

\_\_\_\_\_. *De rumo feito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1981.

\_\_\_\_\_. *Sapo Gaitreiro Bugio Domador*. Porto Alegre: Editora Revisão, 1985.

\_\_\_\_\_. *O Cachorro: história de um espião*. Porto Alegre: Editora Revisão, 1989.

\_\_\_\_\_. *Tebas: o pequeno campeador*. Porto Alegre: Editora Revisão, 1991.

\_\_\_\_\_. *Não à mordaca!*. Porto Alegre: Editora Revisão, 2002.

\_\_\_\_\_. *Operação Estrela Vermelha*. Porto Alegre: Editora AGE, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Ática, 1997. [1987]

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KRISCHKE, Jair. *O Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a luta contra a Editora Revisão no Brasil: relato da minha militância*. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/brazil/libros/neonazis/cap13.html>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

MACIEL, Fabrício. *O Brasil-Nação como ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*. São Paulo: Annablume, 2007.

MARÇAL, João Batista. *Comunistas gaúchos: a vida de 31 militantes da classe operária*. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos*, Dallas, Texas, 27-29 de março de 2003. A guerra da memória: a ditadura militar na memória de militares e militantes. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/FilhoJoaoRobertoMartins.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. *Direitos humanos, vitória*. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=518CIR001>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Emblemas de Brasil em la historiografía del siglo XIX: Monarquía, unidad territorial y evolución natural. In: PALACIOS, Guillermo (coord.). *La nación y su historia. Independencias, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX*. DF: El Colégio de México. Centro de Estudios Históricos, 2009, p. 285-325.

TERRORISMO NUNCA MAIS. *Apresentação*. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/apres.htm>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 19, 2004, p. 27-48. Disponível em: <[www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica19-A-toledo.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica19-A-toledo.pdf)>. Acesso em: 6 nov. 2010.

USTRA, Carlos. *A verdade sufocada*. Brasília: Editora SER, 2006.

VARGAS, Índio Brum. *Guerra é guerra dizia o torturador*. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

### **Referências Fílmicas**

*REPARAÇÃO*. Produção: Letícia Dumas. Produzido e dirigido por: Daniel Moreno. Edição: Luciano Sanches. Direção de Fotografia e Câmera: Adriano S. Barbuto e Wilson Boni. Sem cidade: Terranova Filmes, 2010. Trailer (2min 45secs), son., color., digital. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=8d61\\_1u1s2o](http://www.youtube.com/watch?v=8d61_1u1s2o)>. Acesso em: 6 nov. 2010.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Presidente do STF vota contra ação que contestava a Lei da Anistia (5/5)*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=bK2Hpfnk2Qg>>. Acesso em: 6 nov. 2010.